

**NEREU JOSÉ GIACOMOLLI**

**PRISÕES, LIBERDADE  
E CAUTELARES PESSOAIS  
NOVA FORMATAÇÃO A PARTIR DE 2020**

 **Marcial  
Pons**

MADRI | BARCELONA | BUENOS AIRES | SÃO PAULO

*Prisões, liberdade e cautelares pessoais*  
*Nova formatação a partir de 2020*  
Nereu José Giacomolli

Todos os direitos reservados.  
Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

**CIP-Brasil. Catalogação na Publicação**  
**Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ**

---

G429p

Giacomolli, Nereu José.

Prisões, liberdade e cautelares pessoais: nova formatação a partir de 2020 / Nereu José Giacomolli. – São Paulo, SP: Marcial Pons, 2020.

162 p. : 16 x 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86696-01-1

1. Direito penal. 2. Medidas cautelares. 3. Prisões (Direito penal) – Brasil. I. Título.

---

CDD 345.810527

© Nereu José Giacomolli  
© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.  
[www.marcialpons.com.br](http://www.marcialpons.com.br)

Impresso no Brasil

1176964

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
<b>CAPÍTULO I</b>	
FUNDAMENTOS PRINCIPOLÓGICOS DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS .....	15
1. Reserva jurisdicional qualificada .....	15
2. Motivação e Fundamentação das decisões .....	17
3. Presunção de inocência.....	21
4. Reserva de lei .....	27
5. Contraditório .....	32
6. Provisionalidade ou situacionalidade: fatos novos, concretos ou contemporâneos.....	34
7. Duração razoável da medida cautelar: temporalidade .....	35
8. Proporcionalidade .....	39
9. Prisão como última e <i>extrema ratio</i> .....	42
10. Estrutura acusatória: vedação da imposição de medidas cautelares <i>ex officio</i> pelos magistrados.....	45
<b>CAPITULO II</b>	
JUIZ DE GARANTIAS E A PRISÃO .....	49
1. Considerações gerais.....	49
2. Funções do juiz de garantias, em face da prisão e da liberdade	52

## CAPÍTULO III

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA .....	55
1. Normatividade supranacional.....	55
2. Antecedentes .....	57
3. Normatividade do CPP.....	58
4. Funcionalidade.....	59

## CAPÍTULO IV

PRISÃO EM FLAGRANTE .....	61
1. Considerações iniciais .....	61
2. Funcionalidade pré-cautelar da prisão em flagrante.....	62
3. Situações de flagrância: “espécies” .....	63
4. Particularidades .....	65
4.1. Crimes permanentes e habituais.....	65
4.2. Código de Trânsito .....	66
4.3. Infrações penais de menor potencial ofensivo .....	67
4.4. Lei Antitóxicos.....	67
4.5. Imunidades funcionais .....	69
5. Falsos flagrantes: “forjado” e “provocado” .....	70
6. Situações sui generis: vigilância e acompanhamento.....	71
7. Formalidades constitucionais e legais.....	72
8. Opções da autoridade policial diante do flagrante.....	74
9. Opções do juiz diante da prisão em flagrante .....	75
10. Relaxamento da prisão em flagrante .....	78

## CAPÍTULO V

LIBERDADE PROVISÓRIA .....	81
1. Considerações iniciais .....	82
2. Liberdade provisória sem fiança.....	82
3. Liberdade provisória mediante fiança .....	82

3.1. Funcionalidade .....	83
3.2. Arbitramento e incidentes na fiança.....	83
4. Vedação legal da liberdade provisória.....	84

## CAPÍTULO VI

PRISÃO PREVENTIVA.....	87
1. Considerações iniciais .....	87
2. Pressupostos .....	88
2.1. Fatos novos ou contemporâneos .....	88
2.2. Prática de crime doloso.....	89
2.3. Pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos	90
2.4. Ausência de cominação de multa alternativa .....	91
2.5. Afastamento da liberdade provisória (pressuposto negativo)	92
2.6. Insuficiência das medidas cautelares menos gravosas.....	92
3. Requisitos .....	93
3.1. <i>Fumus commissi delicti</i> .....	94
3.1.1. Existência de um fato típico, ilícito e culpável.....	94
3.1.2. Indícios suficientes de autoria .....	94
3.2. <i>Periculum libertatis</i> .....	95
3.2.1. Garantia da ordem pública .....	96
3.2.2. Garantia da ordem econômica .....	97
3.2.3. Conveniência da instrução criminal .....	99
3.2.4. Assegurar a aplicação da lei penal.....	100
4. Legitimidade postulatória .....	101
5. Momentos da decretação da prisão preventiva.....	102
5.1. Antes da sentença penal .....	102
5.2. Pronúncia do réu.....	102
5.3. Sentença penal condenatória .....	103
5.3.1. Condenações pelo Tribunal do Júri.....	104

5.4. Nos Tribunais .....	105
6. Situações especiais .....	107
6.1. Por descumprimento de outra medida cautelar .....	107
6.2. Reincidência em crime doloso .....	107
6.3. Dúvida sobre a identidade civil .....	108
6.4. Lei Maria da Penha .....	109
6.5. Lei Antidrogas e crimes hediondos .....	111
7. Tempo da prisão preventiva e revisão periódica.....	113
8. Prisão domiciliar .....	114
9. Relaxamento e revogação da prisão preventiva .....	116
10. A lógica civilista e inquisitorial.....	117

## CAPÍTULO VII

MEDIDAS ALTERNATIVAS AO CÁRCERE .....	119
1. Considerações iniciais .....	119
2. Natureza jurídica e objetivos .....	121
3. Pressupostos e requisitos .....	122
3.1. Requisitos especiais .....	123
4. Espécies e adequação .....	124
4.1. Comparecimento periódico em juízo.....	125
4.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	126
4.3. Vedação de manter contato com determinada pessoa .....	126
4.4. Permanência na Comarca .....	127
4.5. Recolhimento domiciliar .....	127
4.6. Suspensão do exercício da função pública ou de atividade	128
4.7. Internação provisória .....	130
4.8. Fiança .....	131
4.9. Monitoramento eletrônico.....	132
5. Duração da cautelar alternativa e revisão periódica.....	133

6. Descumprimento da cautelar .....	135
7. Revisão, substituição e cumulatividade.....	136
8. Críticas .....	137
<b>CAPÍTULO VIII</b>	
REMÉDIOS JURÍDICOS IMPUGNATIVOS.....	139
<b>CAPÍTULO IX</b>	
PARTICULARIDADES .....	143
1. Uso de algemas .....	143
2. Formalidades do mandado de prisão e seu cumprimento .....	144
3. Prisão especial em quartéis e separação de presos .....	146
4. A insubsistência da prisão temporária .....	148
5. Detração.....	151
6. Indenização pela prisão indevida .....	152
Bibliografia .....	155